

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: PERSPECTIVAS E DESAFIOS EVIDENCIADOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Paula Alessandra de Souza Mantilla Giehl ¹
Paulo Rogério Silva de Paiva Junior ²

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) vem aumentando sua incidência e sendo cada vez mais recorrente nas universidades. Aliado a isso, existe o fato de que poucos estudos estão sendo realizados sobre o assunto, sendo a maior parte deles referentes a aspectos clínicos, avaliações e relações familiares. A literatura sobre autismo na educação é escassa e bastante limitada à infância, deixando de lado a educação de indivíduos com o transtorno na idade adulta. Tem sido um desafio para os gestores das universidades, para os docentes, para os coordenadores dos núcleos de acessibilidade quando existentes, bem como para os demais integrantes da comunidade acadêmica. Tendo em vista as discussões acima elencadas, a presente pesquisa tem como objetivo geral identificar as principais dificuldades no processo de inclusão enfrentados por indivíduos com TEA no âmbito da educação de ensino superior, evidenciados em artigos científicos de periódicos especializados, vinculados a universidades públicas. A metodologia utilizada foi a análise de artigos científicos, de revistas científicas com *Qualis* Capes elevado. Serão selecionadas quatro revistas da área de educação/educação especial, representando cada uma um Estado da Região Sudeste do Brasil. Os dados colhidos serão analisados através da análise de Bardin. E como resultado identificou-se a necessidade de ajustes tanto no âmbito singular quanto no contexto social acadêmico, com destaque para a participação de estudantes com TEA, que ainda é pouco debatida e reconhecida, e para as adaptações ao meio, que recaem majoritariamente ao sujeito, na contramão dos preceitos da inclusão educacional.

Palavras-chave: Desafios; Aprendizagem; Educação Superior; Transtorno do espectro Autista.

1. INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (APA, 2013), é um transtorno do neurodesenvolvimento que apresenta um grupo de desordens na comunicação e interação social, na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados

¹ Professora Mestre do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Iguazu - RJ, paulamantilla72@hotmail.com;

² Graduado pelo Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Iguazu - RJ, paivajunior2006@hotmail.com;

para interação e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. Além disso, o transtorno apresenta padrões repetitivos e restritos de comportamentos, atividades e interesses (APA, 2014).

A legislação brasileira apresenta a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que se refere à Lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012). Esta lei exige a inclusão de crianças com TEA no ensino regular e incentiva a capacitação de profissionais quanto ao ensino adequado a alunos com TEA. Porém, a existência da lei não é garantia de realização na escola e de promoção da inclusão (BRASIL, 1988).

Frente ao exposto, ao se centrar para a educação superior, se pode perceber que a inclusão de pessoas com deficiência, como os autistas, é recente, mas é uma evolução importante, principalmente na garantia dos direitos constitucionais e na promoção do exercício da cidadania e aprendizagem ao longo da vida. Contudo, torna-se necessário lembrar que o fato do aluno autista estar inserido em sala de aula não significa que ele efetivamente incluído nos processos de ensino-aprendizagem. Por isso, é indispensável que o conteúdo seja adaptado, para que realmente ocorra a sua inclusão e real formação acadêmico-profissional e não apenas serviço de apoio, gerando o possível abandono do estudante, resultando em um processo de exclusão (BRASIL, 1988).

Há um crescente no ingresso de estudantes com deficiência no ensino superior, resultado do processo histórico de luta por direitos e contra a concepção da pessoa com deficiência como incapaz e deficitária do ponto de vista funcional e social. Esse processo de luta por direitos vem se materializando desde as políticas de inclusão que surgiram no Brasil entre o final da década de 1980 e o início da de 1990, com a Constituição Federal de 1988 (OLIVATE; LEITE, 2019), inicialmente com ênfase no sistema regular de ensino na educação básica, numa proposta de integração e, posteriormente, numa proposta de inclusão. Outros documentos nacionais objetivam assegurar o direito à educação como a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394/96, 1996) –, o Plano Nacional de Educação para Todos⁶ e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2001), dentre outros.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), por meio dos dados divulgados no resumo técnico do Censo da Educação Superior (INEP, 2019)⁸, mostrou que o número de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação aumentou de 20.530 no ano de 2009 para 48.520 matriculados, no ano de

2019. Em relação ao percentual de alunos matriculados nos cursos de graduação, houve um aumento de 0,34%, no ano de 2009, para 0,56% no ano de 2019.

Conforme apontam SHMULSKY E GOBBO (2013), adultos autistas cognitivamente capazes podem se beneficiar do ensino superior para se integrar com mais eficiência à comunidade, além de desenvolver habilidades para uma vida mais produtiva e independente, porém necessitam preparação e apoio adequados para maximizar a probabilidade de sucesso no ensino superior.

Não obstante a complexidade da temática, as condições oferecidas pelas instituições de Ensino Superior para atender às necessidades destes estudantes são, ainda, bastante precárias. A lacuna na formação de professores é apontada como uma das principais dificuldades no processo de inclusão (GLAT; FERNANDES, 2005).

Professores universitários necessitam de preparo que vai além do conhecimento científico, a inclusão pressupõe mudanças que dependem da formação e atuação do professor e está amplamente associada às habilidades interpessoais do professor. Neste sentido as IES precisam responsabilizar-se por incluir a temática em seus programas de formação docente bem como oferecer instâncias que possam apoiar discentes e docentes no processo de inclusão (GONÇALVES, 2020).

O pouco preparo do professor, a falta de adaptação curricular, as dificuldades interpessoais na relação dos alunos com TEA, com seus colegas de turma, corpo administrativo e até mesmo com os professores, são fatores reais que dificultam a permanência desse aluno na universidade (ANDERSON; BUTT, 2017)

Para o estudante com o TEA a formação em ensino superior nas universidades traz consigo a ansiedade por cada professor ter métodos diferentes um do outro, por não haver um padrão em relação ao que esperar das aulas e as auto cobranças e expectativas em relação nunca são completamente satisfeitas. No ensino escolar o objetivo da maior parte dos alunos é alcançar notas altas, diferente disso, na faculdade essa não é a única preocupação. É preciso também que o discente escreva artigos, participe de eventos e outras coisas do gênero, o que pode ser bem exaustivo para o portador do espectro por apresentar dificuldade de interação social (MIRANDA; GALVÇAO, 2012).

O TEA vem aumentando sua incidência e sendo cada vez mais recorrente nas universidades. Aliado a isso, existe o fato de que poucos estudos estão sendo realizados sobre o assunto, sendo a maior parte deles referentes a aspectos clínicos, avaliações e relações familiares. A literatura sobre autismo na educação é escassa e bastante limitada à infância, deixando de lado a educação de indivíduos com o transtorno na idade adulta.

Tem sido um desafio para os gestores das universidades, para os docentes, para os coordenadores dos núcleos de acessibilidade quando existentes, bem como para os demais integrantes da comunidade acadêmica (SILVA, 2022).

Historicamente, o acesso à educação formal no Brasil foi bastante limitado quantitativamente, além de restrito a um determinado grupo social, principalmente, no ensino superior. As pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), por muito tempo, não possuíram garantias legais de acesso e permanência nas instituições de educação básica, tampouco ao ensino superior, por não conseguirem se adequar às normas e às condutas homogêneas desenvolvidas nesses ambientes educativos. Todavia, atualmente, de acordo com o que é estabelecido na Constituição Federal de 1988 (CF), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 (LDB) e na Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146 (LBI), nenhum indivíduo deve ser excluído dos espaços educacionais em decorrência de suas diferenças e/ou deficiências. Entretanto, apenas o ingresso de discentes com autismo no ensino superior, não necessariamente garante sua inclusão nesse espaço, que é historicamente excludente. Nesse sentido, fazem-se necessárias adequações pedagógicas, arquitetônicas e atitudinais no âmbito universitário que contemplem esses sujeitos a fim de garantir que a inclusão escolar se efetive de fato (OLIVEIRA; ABREU, 2019).

O aumento da prevalência do Transtorno do Espectro Autista (TEA) associado às intervenções precoces que melhoram o prognóstico e às políticas inclusivas na educação de pessoas com deficiência culminou na ampliação do acesso dos autistas ao ensino superior. Porém, quando comparado a outras deficiências, o TEA apresenta maiores índices de abandono acadêmico, menor empregabilidade e mais comorbidades psiquiátricas (GELBAR; SMITH; REICHOW, 2014).

A participação de autistas no ensino superior vem aumentando em todo o mundo, enquanto as medidas necessárias para garantir sua permanência com equidade estavam, e ainda estão sendo construídas e implementadas (GILLESPIE-LYNCH, 2015).

Para muitos estudantes portadores do espectro, é difícil lidar com as demandas da universidade, por mais que os colegas mobilizem esforços, o estresse vivido em diferentes situações pode levá-los inclusive, a abandonar o curso. Sendo assim, as razões pelas quais um estudante com TEA falha ou desiste de um curso estão mais relacionadas com problemas de gestão de estresse do que com uma falta de capacidade intelectual ou compromisso com o curso (SILVA, 2019).

Alguns autistas são percebidos como invisíveis para seus colegas e professores, apesar das limitações impostas pelo transtorno, suas necessidades educacionais especiais (NEE) passam despercebidas durante sua vida acadêmica. Outros, alvo de bullying, desejam a invisibilidade, sendo um grande desafio para a permanência desse aluno na universidade (CÔRTEZ; ALBUQUERQUE, 2020).

Como objetivo geral da pesquisa temos: (i) Identificar as principais desafios no processo de inclusão enfrentados por indivíduos com TEA no âmbito da educação de ensino superior. E como objetivos específicos: (i) Evidenciar os desafios da permanência oferecidas pelas Instituições de Ensino Superior (IES), dos alunos com transtorno do espectro autista, a partir da análise acerca das publicações de artigos científicos de revistas especializadas, na área de Educação/Educação de extratos elevados no *Qualis*, vinculadas a universidades públicas das cinco regiões do país; (ii) Mapear a existências de procedimentos pedagógicos que subsidiam o desenvolvimento e profissionalização dos graduandos com Transtorno do Espectro Autista; (iii) Analisar alternativas encontradas para otimizar o ensino dos alunos com Transtorno do Espectro Autista.

Por todas as considerações descritas, onde mostram que permanência do aluno com TEA na universidade é algo ainda cheio de percalços, que nossa pesquisa se faz relevante, pois o levantamento dessas informações são fundamentais para a percepção dos reais desafios encontrados por essa classe de alunos incluídos no ensino superior.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A abordagem de pesquisa adotada é de natureza qualitativa (CRESWELL, 2006).

A investigação inicialmente se dará por meio de revisão da literatura, a partir da seguinte indagação: Acreditando que muitas respostas viriam do cenário existente, foi necessário ampliar olhar para um horizonte até então desconhecido. No intuito de investigar os desafios para permanência de alunos com Transtorno do Espectro Autista na Educação Superior, o estudo pautou-se no seguinte Objetivo Geral estabelecido: Identificar as principais desafios no processo de inclusão enfrentados por indivíduos com TEA no âmbito da educação de ensino superior, evidenciados em artigos científicos de periódicos especializados, vinculados a universidades públicas. Tendo por Objetivos Específicos: (i) Evidenciar as condições de permanência oferecidas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) a partir da análise acerca das publicações de artigos científicos de revistas especializadas, na área de Educação/Educação Especial - no período de 2018 a

2022 - de extratos elevados no *Qualis*, vinculadas a universidades públicas das cinco regiões do país; (ii) Mapear a existências de procedimentos pedagógicos que subsidiam o desenvolvimento e profissionalização dos graduandos com Transtorno do Espectro Autista; (iii) Analisar alternativas encontradas otimizar o ensino dos alunos com Transtorno do Espectro Autista.

2.1 Caracterização dos instrumentos de análise

Os instrumentos de análise da pesquisa correspondem aos seguintes critérios estabelecidos: (i) artigos publicados, no período de 2018 a 2022; (ii) busca aleatória de 5 (cinco) periódicos especializados da área de Educação/Educação especial, – representando as Regiões do país; (iii) vínculos com universidades públicas; e (iv) extrato *Qualis Capes* elevado. Para acesso aos artigos, será utilizado como filtro para identificação as publicações que contenham as palavras –chave: Desafios; Aprendizagem; Educação Superior; Transtorno do espectro Autista.

A escolha do vínculo do periódico com universidades públicas, se deu pois as universidades públicas são as maiores mantenedoras de periódicos com *Qualis/Capes* elevados, devido ao grande quantitativo de Programas de Pós Graduação *Strictu Sensu* que se desenvolvem nessas universidades e possuem representações em todas as regiões do país.

2.2 Análise dos dados coletados

Os dados coletados foram interpretados, após terem sido organizados, tendo por base a técnica de Análise de Conteúdo (AC) de Bardin (2011), que divide esse processo em três fases: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material e 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A autora define esses três momentos como sendo, respectivamente, uma fase de organização propriamente dita, uma aplicação sistemática das decisões tomadas e, por fim, o tratamento do material de forma que fique “falante” e válido¹⁹. A AC “se constitui de várias técnicas onde busca-se descrever o conteúdo emitido no processo de comunicação, seja ele por meio de falas ou de textos” (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014).

Na pesquisa qualitativa, a análise de conteúdo, enquanto técnica de análise e organização de dados, detém algumas características. Dentre elas, está a aparência de ser

um método mais simples de estruturar os dados coletados. A intenção da AC “é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente de recepção), inferência essa que recorre a indicadores -quantitativos ou não” (BARDIN, 2011).

A partir da metodologia traçada, foi feita a busca em revistas científicas, com *Qualis/CAPES* elevados e com vínculos com programas de Pós Graduação *Strictu Senso* nas 5 regiões do Brasil.

2.3 Caracterização dos instrumentos de análise

Os instrumentos de análise da pesquisa correspondem aos seguintes critérios estabelecidos: (i) artigos publicados, no período de 2018 a 2022; (ii) busca aleatória de 5 (cinco) periódicos especializados da área de Educação/Humanidades, – representando as Regiões do país; (iii) vínculos com universidades públicas; e (iv) extrato *Qualis Capes* elevado. Para acesso aos artigos, foi utilizado como filtro para identificação as publicações que continham as palavras –chave: Inclusão; Educação Superior; Deficiência; Educação Especial.

A escolha do vínculo do periódico com universidades públicas, se deu pois essas são as maiores mantenedoras de periódicos com *Qualis/Capes* elevados, devido ao grande quantitativo de Programas de Pós Graduação *Stricto Sensu* que se apresentam nessas universidades e possuem representações em todas as regiões do país.

Correspondendo à Região Sudeste, identifiquei a Revista Brasileira de Educação Especial – RBEE, ligada a Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial, ISSN 1980-5470, *Qualis* A2. Foi editada desde 1992 e sua origem, se deu na cidade do Rio de Janeiro, durante o III Seminário de Educação, por um grupo de pesquisadores (sócio fundadores) preocupados em criar um espaço que visava servir como veículo para integração entre pesquisadores, profissionais e professores das áreas de Educação, Educação Especial e Saúde.

Com relação à Região Sul, a Revista Educação Especial, *Qualis/CAPES* A2, ISSN 1984-686X, teve sua criação em 1987, com o nome de “Cadernos de Educação Especial”, sendo uma das primeiras da sua área, atualmente com 32 anos de dedicação efetiva em veicular artigos sobre a formação de recursos humanos para pessoas com deficiência, de origem na Universidade Federal de Santa Maria. Em 2004, tem seu escopo e normas de

circulação modificados, bem como seu nome, que passou a ser Revista Educação Especial, título que carrega até a presente data.

Na Região Nordeste, a Revista Educação em Questão – ISSN 1981-1802, editada desde 1987, nasceu da iniciativa de professores do Departamento de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), quando o Mestrado em Educação, instalado em 1978, completou nove anos formando mestres nas áreas de concentração em Pré-Escolar e Tecnologia Educacional. Seu Qualis/Capes na área de Educação é A2.

A Região Norte abriga a Revista Amazônica, ISSN 2527-0141 é um periódico de publicação contínua do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas que objetiva divulgar a produção do conhecimento relacionado à área da Educação e suas áreas afins e está aberta aos professores da Educação e áreas afins que desejam veicular as suas produções, que possui Qualis/CAPES B1. A revista foi criada em 1996, com o nome LIBRORUM e com este número ocorreu o primeiro passo para tornar a revista uma publicação aberta a todas as Linhas de Pesquisa do Curso de Mestrado em Educação da Universidade do Amazonas. A partir de 1999 assumiu o nome atual.

Com relação à Região Centro-Oeste, o periódico é o Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade, ISSN 2358-1840, Qualis/Capes B1 foi criado pelos docentes do *campus* de Naviraí, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPNV), em junho de 2011, tendo surgido do interesse coletivo em editar e fomentar uma publicação científica nesse *campus*, unindo os cursos de Ciências Sociais e Pedagogia.

Os dados coletados foram interpretados, após terem sido organizados, tendo por base a técnica de Análise de Conteúdo (AC) de Bardin (2011), que divide esse processo em três fases: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material e 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A autora define esses três momentos como sendo, respectivamente, uma fase de organização propriamente dita, uma aplicação sistemática das decisões tomadas e, por fim, o tratamento do material de forma que fique “falante” e válido (BARDIN, 2011). A AC “se constitui de várias técnicas onde busca-se descrever o conteúdo emitido no processo de comunicação, seja ele por meio de falas ou de textos” (CAVALCANTE *et al*, 2014, p.13).

Na pesquisa qualitativa, a Análise de Conteúdo, enquanto técnica de análise e organização de dados, detém algumas características. Dentre elas, está a aparência de ser um método mais simples de estruturar os dados coletados. A intenção da AC é a inferência

de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente de recepção), inferência esta que recorre a indicadores quantitativos ou não” (BARDIN, 2011, p.38).

Quadro 1 – Etapas da AC

Fases da Análise de Conteúdo		
Pré-análise	Análise dos artigos, dos anos de 2018 a 2022, de 5 revistas científicas.	<i>Cópus</i> com 04 artigos
Exploração do material	Resumos dos artigos	Categorias de análise
Tratamento dos resultados	Inferências e interpretações dos trechos escolhidos	Análise

Fonte: Própria autora.

Os dados iniciais foram baseados nos resumos dos artigos pesquisados sobre 5 artigos com a temática proposta. Foram encontrados apenas 4 artigos em todas as revistas analisadas, 1 artigo na revista da região sudeste, 1 na centro-oeste e dois na sul. Nas regiões nordeste e norte não foram encontrados nenhum artigo com esta abordagem. E como resultado identificou-se a necessidade de ajustes tanto no âmbito singular quanto no contexto social acadêmico, com destaque para a participação de estudantes com TEA, que ainda é pouco debatida e reconhecida, e para as adaptações ao meio, que recaem majoritariamente ao sujeito, na contramão dos preceitos da inclusão educacional.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos sobre a inclusão de pessoas com TEA no ensino superior são ainda escassas no âmbito nacional, apesar do aumento do interesse pelo assunto nos últimos anos, consideramos necessário ampliar. Nos artigos encontrados percebemos que suportes oferecidos pelas instituições foram deficitários, tanto na identificação das necessidades educacionais especiais quanto na proposição de estratégias facilitadoras que contribuíssem com o sucesso desses estudantes na universidade.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA) **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais** [recurso eletrônico]:DSM-5,), 2014. Disponível em: <http://www.niip.com.br/wpcontent/uploads/2018/06/Manual-Diagnosticico-e->

Estatistico-de-Transtornos-MentaisDSM-5-1-pdf.pdf. Acesso em: 1 de dezembro de 2022.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5.ed. Rev. (DSM-V-TR). Porto Alegre: Artmed; 2013.

ANDERSON, C.; BUTT, C. Young Adults on the Autism Spectrum at College: Successes and Stumbling Blocks. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 47, n. 10, p. 3029 – 3039, 2017.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução n.2, de 11 de setembro de 2001**. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília-DF, 2001a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em 1 de dezembro de 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Brasília: 27 de dezembro de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm . Acesso em: 30 de novembro de 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: janeiro de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm . Acesso em: 30 de novembro de 2022.

CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. M. K. Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método, João Pessoa, **Informação e Sociedade: Estudos**, v. 24, n. 1, p.13-18, abr. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/10000>>. Acesso em: 1 de dezembro de 2022.

CÔRTEZ, M.S.M E ALBUQUERQUE, A.R. Contribuições para o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista: de Kanner ao DSM V. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, n 3, v 7, p. 864-880, 2020.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto**. 2ª ed., Porto Alegre: Artmed, 2006.

GELBAR, N. W.; SMITH, I.; REICHOW, B. Systematic review of articles describing experience and supports of individuals with autism enrolled in college and university programs. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 44, n. 10, p. 2593 – 2601, 2014.

GILLESPIE-LYNCH, K. *et al.* **Changing College Students' Conceptions of Autism: An Online Training to Increase Knowledge and Decrease Stigma**. v. 45, n. 8, p. 2553 – 2566, 2015.

GLAT, R.; FERNANDES, E. M. Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma Breve Reflexão sobre os Paradigmas Educacionais no Contexto da Educação Especial Brasileira. **Revista Inclusão**, v. 1, n. 01, p. 34 – 39, 2005.

GONÇALVES, E. C. M. **Inclusão e permanência do estudante com transtorno do espectro autista na educação superior**, 2020.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2019**: resumo técnico. Brasília: INEP. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf Acesso em 01 de dezembro de 2022.

MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. **O professor e a educação inclusiva**:

Formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012.

OLIVATI, A. G., & LEITE, L. P. Experiências acadêmicas de estudantes universitários com Transtornos do Espectro Autista: uma análise interpretativa dos relatos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v 25, n 4, 729-746, 2019.

OLIVEIRA, A.F.T.M.; ABREU, T.F. A percepção do aluno com transtorno do espectro autista sobre o processo de inclusão na Universidade Federal de Goiás (UFG). **Revista Diálogos e Perspectivas em educação especial**, v 6, n2, p. 59-76, 2019.

SHMULSKY, S; GOBBO, K. Autism Spectrum in the College Classroom: Strategies for Instructors. **Community College Journal of Research and Practice**, v. 37, n. 6, p. 490 – 495, 2013.

SILVA GM. A inclusão de autista nas salas de aulas normais: desafios e possíveis maneiras de vencê-los. **Revista Caparaó**, n 1, v 1, 6-6, 2019.

SILVA, M.F.A., *et al.* Meditações sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a inclusão escolar. **Research, Society and Development**, v11, n 1, p. 36-44, 2022.